



FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001

SGEL / ALMT
Folha nº 03
Rub. P.S

Ofício 008/2022 – ADMINISTRATIVO/FESMPMT

Cuiabá, 11 de janeiro de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao tempo em que renovamos os nossos cumprimentos, fazemos uso do presente expediente para apresentar a Vossa Excelência regime de desconto progressivo/diferenciado, em razão do número de aquisição de vagas, para promoção do aperfeiçoamento técnico funcional do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, para os seguintes cursos:

1. Pós-graduação Lato Sensu em Direito Constitucional e Direito Administrativo

O Curso de Pós-graduação em Direito Constitucional e Direito Administrativo contempla o estudo verticalizado do fenômeno da constitucionalização a partir dos fundamentos teóricos e consequentes implicações práticas definidas no contexto das disciplinas que integram a grade curricular do curso. Nesta condição são reafirmadas as premissas da dogmática constitucional com ênfase para o relevo do Direito Constitucional em relação ao sistema jurídico, bem como a apreensão das questões jurídicas complexas - a problematização decorrente da realidade jurídica - e as perspectivas jurídicas de soluções, igualmente, constitucionalizadas.

A abordagem do Direito Administrativo tem, por excelência, o compromisso de oportunizar aos profissionais do direito, a atualização e refino do conhecimento jurídico, específico da área de especialização do curso. O crescimento e aperfeiçoamento das relações jurídicas entre o público e o privado provocam sensíveis modificações no direito. Daí emergir a necessidade e utilidade de rever o direito administrativo contemporâneo em suas estruturas atuais e interdisciplinares, a fim de reciclar posturas, atualizando-as de acordo com as novas tendências desses seguimentos.

Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso
Rua Diogo Domingos Ferreira, Nº 390, Bairro Bandeirantes, CEP: 78.010-090, Cuiabá-MT
Fone: (65) 3363-0600 – email: financeiro@fundacaoescola.org.br – site: www.fundacaoescola.org.br



- **COORDENAÇÃO:** Professora Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira – Doutora em Direito pela PUC/SP;
- **INÍCIO:** 25 de março de 2022;
- **CARGA HORÁRIA:** 360 horas/aula, divididas em 20 disciplinas e atividades extracurriculares.

2. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO E GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

Atendendo às especificidades do modelo econômico implantado no Estado de Mato Grosso idealizou-se a formatação de um curso voltado a um panorama normativo cuja gravitação orbita em torno de uma das principais preocupações do Agronegócio: as questões ambientais e o fenômeno da globalização ante o poderio da lex mercatoria e das novas tecnologias.

- **COORDENAÇÃO:** Professor Wesley Sanchez Lacerda – Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais;
- **INÍCIO:** 22 de abril de 2022;
- **CARGA HORÁRIA:** 360 horas/aula, divididas em 20 disciplinas e atividades extracurriculares.

3. Curso de Extensão em Direito Eleitoral

- **COORDENAÇÃO:** Professora Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira – Doutora em Direito pela PUC/SP;
- **INÍCIO:** 05/03/2022
- **CARGA HORÁRIA:** 24H

DISCIPLINAS:

- 1. CANDIDATURAS E GARANTIAS ELEITORAIS**
- 2. PROPAGANDA ELEITORAL, PESQUISA ELEITORAL E FAKE NEWS**
- 3. AÇÕES ELEITORAIS**
- 4. RECURSOS ELEITORAIS**
- 5. CRIMES ELEITORAIS**
- 6. PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS**

Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso

Rua Diogo Domingos Ferreira, Nº 390, Bairro Bandeirantes, CEP: 78.010-090, Cuiabá-MT

Fone: (65) 3363-0600 – email: financeiro@fundacaoescola.org.br – site: www.fundacaoescola.org.br



4. DOS INVESTIMENTOS

Os cursos foram criados para atender os profissionais da área do Direito e áreas afins e diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

As Pós-Graduações Latu Sensu em Direito Constitucional e Administrativo será realizada no método educacional de ensino híbrido, que mescla o ensino na forma on-line e ao vivo com o presencial, conforme a necessidade de cada área, garantindo a importante interação entre professores e acadêmicos diante das constantes alterações nas legislações e normas do ordenamento jurídico brasileiro.

A Pós-Graduação Latu Sensu em Direito e Gestão do Agronegócio será ministrada de forma 100% on line e ao vivo, por web conferência, ampliando o acesso para atender seu alunado de acordo com às especificidades geográficas do Estado de Mato Grosso.

O curso de extensão em **Extensão em Direito Eleitoral** será ministrado de forma 100% on line e ao vivo, por web conferência, ampliando o acesso ao alunado.

4.1 . DO DESCONTO EM RAZÃO DO NÚMERO DE AQUISIÇÃO DE VAGAS PARA PROMOÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO FUNCIONAL DO QUADRO DE PESSOAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

A formalização do convenio muito ampara a Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso como entidade sem fins lucrativos (DECLARADA DE UTILIDADE PUBLICA ESTADUAL PELA LEI Nº 7.392/2001) a disponibilizar cursos superiores visando atender o seu interesse social, auxiliando a manter as despesas ordinárias ao cumprir com os encargos assumidos para a prestação dos serviços, inclusive pagamento de renomados doutrinadores, Magistrados e Promotores de fora de Mato Grosso contratados para ministrar as aulas dos cursos.



Existindo a possibilidade de atendimento da despesa para formalização de convênio, a Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso propõe a isenção das taxas de matrículas e o seguinte desconto em razão do número de aquisição de vaga pela AL/MT:

✓ Pós-Graduações Latu Sensu em Direito Constitucional e Administrativo:

→ **Valor do investimento por vaga:** R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por participante, em 12 parcelas mensais de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais);

→ **Valor do investimento para 20 vagas:** R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

✓ Pós-Graduações Latu Sensu em Direito e Gestão do Agronegócio:

→ **Valor do investimento por vaga:** R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) por participante, em 12 parcelas mensais de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais);

→ **Valor do investimento para 20 vagas:** R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

✓ Curso de Extensão em Direito Eleitoral:

O valor Especial para formalização de convênio para o curso de extensão em Extensão em Direito Eleitoral por aluno será de R\$ 1.053,00 (mil e cinquenta e três reais), independente do número de vagas adquiridos.

→ **Valor do investimento por vaga:** R\$ 1.053,00 (mil e cinquenta e três reais);

→ **Valor do investimento para 30 vagas:** R\$ 31.590,00 (trinta e um mil quinhentos e noventa reais) em parcela única, à vista.



FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001

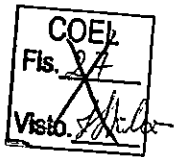
SGEL/ALMT
Folha Nº 07
Rub. P.S.

No aguardo do pronunciamento quanto a formalização de convênio para prestação de serviços educacionais para capacitação de membros e servidores dessa valorosa instituição, despedimo-nos, renovando-lhe protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Wesley Sanchez Lacerda
Diretor Geral / FESMP-MT

Excelentíssimo Senhor
DD Presidente
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO



PROGRAMAÇÃO ACADÊMICA 2022/01

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO



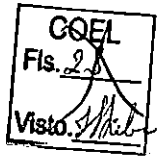
O Curso de Pós-graduação em Direito Constitucional e Direito Administrativo contempla o estudo verticalizado do fenômeno da constitucionalização a partir dos fundamentos teóricos e consequentes implicações práticas definidas no contexto das disciplinas que integram a grade curricular do curso. Nesta condição são reafirmadas as premissas da dogmática constitucional com ênfase para o relevo do Direito Constitucional em relação ao sistema jurídico, bem como a apreensão das questões jurídicas complexas - a problematização decorrente da realidade jurídica - e as perspectivas jurídicas de soluções, igualmente, constitucionalizadas.

A abordagem do Direito Administrativo tem, por excelência, o compromisso de oportunizar aos profissionais do direito, a atualização e refino do conhecimento jurídico, específico da área de especialização do curso. O crescimento e aperfeiçoamento das relações jurídicas entre o público e o privado provocam sensíveis modificações no direito. Daí emergir a necessidade e utilidade de rever o direito administrativo contemporâneo em suas estruturas atuais e interdisciplinares, a fim de reciclar posturas, atualizando-as de acordo com as novas tendências desses seguimentos.

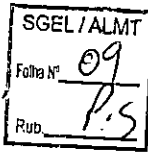
- **COORDENAÇÃO:** Professora Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira – Doutora em Direito pela PUC/SP;
- **INÍCIO:** 25 de março de 2022;
- **CARGA HORÁRIA:** 360 horas/aula, divididas em 20 disciplinas e atividades extracurriculares.

PÚBLICO ALVO

Profissionais da área do direito e áreas afins, diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam as exigências das instituições.


DIFERENCIAL FESMP/MT

- Reconhecida tradição na capacitação da comunidade jurídica mato-grossense, retratada no desempenho profissional de vários ex-alunos;
- Qualidade dos cursos, sendo as aulas presenciais (os 10 primeiros módulos serão em formato remoto on-line e ao vivo) com professores doutores, pós-doutores e mestres, em sua grande maioria, com reconhecida experiência e competência;
- Biblioteca atualizada e informatizada à disposição dos alunos para empréstimo e consulta;
- Portal do aluno para acompanhamento acadêmico;
- Horário de aulas diferenciado: de 01 a 02 fins de semana/mês (conforme calendário), às sextas-feiras das 18:30h às 23:15h, sábados das 08:00h às 12:45h e das 14:00h às 18:45h;
- Amplo estacionamento com vigia uniformizado;
- Coffee break nos intervalos de aula;
- Respeito às regras de acessibilidade.

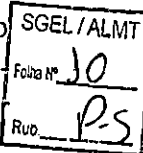

CRONOGRAMA DAS AULAS / MÓDULOS
1. TEORIA DO ESTADO E FUNDAMENTOS DA CONSTITUIÇÃO

Direito, Direito Constitucional e Teoria do Estado. Estado e Sociedade; Estado e Política; Estado e Direito; Estado de Direito e Exceção; o Estado e Direito Público; Estado de Direito e Constituição; Fundamentos teóricos e estruturantes do Estado Constitucional; a Supremacia da Constituição; a Força Normativa da Constituição; A Rigidez Constitucional; Princípios e Regras Constitucionais; A Interpretação e Aplicabilidade Direta das Normas Constitucionais; O Regime Político; A Democracia na Constituição; A Separação de Funções; Igualdade, Legalidade e Justiça; A República na Constituição; O Presidencialismo na Constituição; A Federação; A Defesa da Constituição; A Efetividade dos Direitos Fundamentais; Desafios do Estado Constitucional na Contemporaneidade.

Aulas nos dias: 25 e 26/03/2022 – remoto online

Prof. Dr. Pietro de Jesus Lora Alarcón

Doutor em Direito pela PUC-SP. Realizou estudos pós-doutorais na *Universidad Carlos III de Madrid* (Espanha) e na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Professor nos Cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade de Direito na PUC/SP e Coordenador da Área de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da PUC/SP. Professor titular do Curso de Graduação em Direito e do Curso de Pós-graduação *stricto sensu* do



Centro Universitário de Bauru - CEUB/ITE. Professor convidado da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso e da Escola Paulista da Magistratura. Professor do Curso de Pós-graduação *lato sensu* do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania - IDCC- e professor convidado da *Universidad Libre de Colômbia* e da *Universidad Cooperativa de Colômbia*. Advogado e consultor jurídico e parecerista no campo do Direito Constitucional, Administrativo e Internacional.

2. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E PODER EXECUTIVO

A organização político-administrativa do Estado. A Federação brasileira. Entes federativos. Competências. Intervenção federal e estadual. Administração Pública Direta e Indireta. Poder Executivo. Os Ministros de Estado e os Conselhos.

Aulas nos dias: 22 e 23/04/2022 – remoto online

Prof. Dr. Luiz Carlos dos Santos Gonçalves

Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP. Professor de Direito Constitucional, Direito Penal e Direito Eleitoral. Membro Auxiliar da Procuradoria-Geral Eleitoral em Brasília (de 2013 a 2016). Procurador Regional Eleitoral em São Paulo (de 2008 a 2010). Desempenhou a Relatoria da Comissão do Senado Federal instituída para elaboração do Anteprojeto do Novo Código Penal (de 2011 a 2012).

3. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO E AÇÕES CONSTITUCIONAIS

Princípios Constitucionais Processuais e o novo CPC. Direito de Ação e Petição. Ações Constitucionais: Mandado de Segurança Individual. Mandado de Segurança Coletivo I. Mandado de Injunção e a Lei nº 13.300/16. O Direito de Propriedade como Direito Fundamental e a proteção por meio das Ações Petitórias e Possessórias. Ações de Controle Concentrado. O papel de estabilização do Precedentes. Precedentes Vinculantes. Precedentes Persuasivos.

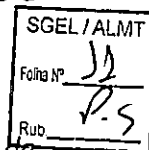
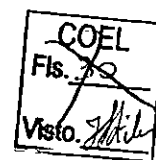
Aulas nos dias: 13 e 14/05/2022 – remoto online

Prof. Dr. Fábio Caldas de Araújo

Doutor em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Professor da Especialização da PUC/SP e da Especialização da UNIPAR e UEL. Professor do Curso de Mestrado da Unipar. Autor de diversas obras e artigos em revistas especializadas com concentração em Processo Civil e Direito Civil.

4. PODER JUDICIÁRIO: CRÍTICAS E PROPOSTAS

Judiciário, Constitucionalismo e Estado de Direito; Judiciário e Democracia; Judiciário e separação de funções; Acesso à jurisdição/acesso à Justiça; Interpretação/aplicação do Direito pela Magistratura; jurisprudência defensiva; poder contramajoritário; Judiciário e direitos sociais; omissões inconstitucionais; ativismo judicial; a autonomia administrativa e financeira; Estatuto da Magistratura; Juízes, redes sociais e ética; o Judiciário e o princípio republicano; o juiz de garantias; corrupção e devido processo; inteligência artificial; abuso de autoridade; justiça restaurativa; o Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional; o STF e as súmulas vinculantes; Jurisdição constitucional e convencionalidade; O Superior Tribunal de Justiça: organização e competências; a Justiça Federal comum e especializada; a Justiça dos Estados e a Justiça nos Estados; o Conselho Nacional de Justiça: estrutura e



competências; decisões paradigmáticas do Judiciário brasileiro; a crise de efetividade e a potencialização da oferta jurisdicional.

Aulas nos dias: 27 e 28/05/2022 – remoto online

Prof. Dr. Pietro de Jesus Lora Alarcón

Doutor em Direito pela PUC-SP. Realizou estudos pós-doutorais na *Universidad Carlos III de Madrid* (Espanha) e na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Professor nos Cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade de Direito na PUC/SP e Coordenador da Área de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da PUC/SP. Professor titular do Curso de Graduação em Direito e do Curso de Pós-graduação *stricto sensu* do Centro Universitário de Bauru - CEUB/ITE. Professor convidado da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso e da Escola Paulista da Magistratura. Professor do Curso de Pós-graduação *lato sensu* do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania - IDCC- e professor convidado da *Universidad Libre de Colômbia* e da *Universidad Cooperativa de Colômbia*. Advogado e consultor jurídico e parecerista no campo do Direito Constitucional, Administrativo e Internacional.

5. ESTADO CONTEMPORÂNEO: REGULAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Concepções de Estado, desde as clássicas às contemporâneas, com especial enfoque para o nível de eficácia da atividade estatal em sua relação com a economia. Teoria da Regulação Econômica: dogmática clássica e críticas contemporâneas em relação ao modelo adotado pelo sistema jurídico brasileiro. Fundamentos da regulação. Transparência e razões à atuação da administração pública. Dinâmica da regulação e órgãos de controles e agências reguladoras. Autoridade da concorrência e livre iniciativa. Estudos de Casos da jurisprudência brasileira. Inovação e tecnologias: desafios ao Estado e ao Direito.

Aulas nos dias: 10 e 11/06/2022 – remoto online

Prof. Dr. Eduardo Molan Gaban

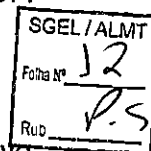
Doutor em Direito pela PUC/SP. Professor de Direito, leciona Direito Econômico, Direito Penal Econômico, Risco, Compliance e Governança Corporativa em programas de pós-graduação nas principais instituições de ensino brasileiras, com ênfase especial na Universidade de São Paulo (USP, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto). Atuou de 2014 até 2020 como Membro do Conselho Executivo na Comissão Fulbright no Brasil, e atua desde 2012 na mesma base pro-bono como Membro do Conselho da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Autor de mais de 10 livros e muitos artigos publicados no Brasil, na UE e nos EUA.

6. DESAFIOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A constitucionalização dos direitos e os seus efeitos. Teoria dos Direitos Fundamentais. Os direitos fundamentais individuais: categorias, titulares, tipologia e garantias. A recepção dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos na ordem constitucional brasileira e a sua natureza jurídica. Os direitos fundamentais sociais: tipologia, efetividade, exigibilidade e limites. O Supremo Tribunal Federal e os direitos fundamentais. Os desafios à concretização responsável dos direitos fundamentais pela administração pública brasileira. Direitos Fundamentais em tempos de crise.

Aulas nos dias: 01 e 02/07/2022 – remoto online

Prof. Me. Miguel Shessarenko Junior



Mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP.
 Promotor de Justiça da Cidadania em Cuiabá/MT. Autor de artigos jurídicos.

7. TUTELA JURISDICIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Considerações introdutórias sobre direitos humanos e fundamentais no novo constitucionalismo; a nova *summa divisio* constitucionalizada no Brasil (Título II, Capítulo I, da CR/1988 – direitos e deveres individuais e coletivos) e o princípio constitucional da prevenção geral como diretrizes importantes para a compreensão do direito fundamental à tutela jurídica adequada; a tutela jurídica, jurisdicional e extrajurisdicional, à luz do acesso à justiça como método de pensamento; a tutela jurisdicional e a importância do controle de constitucionalidade na proteção das normas sobre direitos humanos e fundamentais; a tutela jurisdicional dos direitos ou interesses coletivos, amplamente considerados, na condição de direitos fundamentais; aspectos pontuais sobre a tutela jurisdicional dos Direitos Humanos e Fundamentais no sistema jurídico brasileiro. Estudar os Direitos Fundamentais em Épocas Extraordinárias.

Aulas nos dias: 15 e 16/07/2022 – remoto online

Prof. Dr. Gregório Assagra de Almeida

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do Conselho Editorial da Arraes Editores. É assessor da Corregedoria-Geral do MPMG. Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do CNMP. Organizador da Revista Jurídica e do Boletim Informativo da Corregedoria Nacional do CNMP. Membro de Conselhos Editoriais de várias outras revistas do Brasil e do Exterior. Autor e Coautor de vários livros, com publicação no Brasil e no exterior.

8. JURISDIÇÃO E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

Jurisdição, Ação, Defesa e Processo no Estado Constitucional. Jurisprudência como fonte do direito. Atribuição constitucional de efeito vinculante às decisões judiciais de constitucionalidade. Súmulas vinculantes e reclamação constitucional. Gradativa incorporação do sistema de precedentes judiciais no ordenamento jurídico brasileiro. Ampliação infraconstitucional dos efeitos vinculantes. Repercussão geral. Ações e recursos repetitivos. Força e amplitude das decisões judiciais, da jurisprudência, dos precedentes e das súmulas no novo Código de Processo Civil. Nova reclamação. Fundamentação das decisões amparadas em precedentes. Nova dinâmica processual – aplicação, seguimento, distinção consistente, distinção inconsistente, superação. Explicação dos fundamentos da decisão colegiada majoritária. Efeito vinculante das decisões que concretizam soluções condicionadas às circunstâncias.

Aulas nos dias: 29 e 30/07/2022 – remoto online

Prof. Me. Wesley Sanchez Lacerda

Mestre em Direito Agroambiental pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Doutorando em Direito pela UFMG. Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Professor nos Cursos de Pós-graduação lato sensu em Direito Constitucional e Direito Administrativo, Processo Penal, Processo Civil. Diretor Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso. Professor e Coordenador do Curso de Pós-graduação em Direito do Agronegócio.



9. DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO COM ÊNFASE EM LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Teoria Geral do Direito Ambiental. Princípios de Direito Ambiental. Tutela Constitucional do Direito Ambiental. O Licenciamento Ambiental. Teoria do processo administrativo. Licenciamento Ambiental e Competência Constitucional. Natureza Jurídica da Licença Ambiental. O Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Regime Jurídico das licenças. Perfeição, validade e eficácia dos atos administrativos. Licenças e Autorizações. Modalidades de extinção. Licença e Direito intertemporal.

Aulas nos dias: 12 e 13/08/2022 – remoto online

Prof. Me. Joelson de Campos Maciel

Mestre pela Universidade Federal de Mato Grosso em Direito Agroambiental. Doutorando em Filosofia pela UNISINOS. Promotor de Justiça da Capital (Cuiabá/MT), integrou por vários anos o Grupo de Combate ao Crime Organizado Gaeco. Autor de diversos artigos, teses em periódicos, revistas jurídicas e congressos.

10. TUTELA CONSTITUCIONAL DO CONFLITO AGRÁRIO

I – A Questão Fundiária no Contexto Jurídico Constitucional Brasileiro. Evolução Histórica da Ocupação do Território e da Formação Fundiária Brasileira – O Regime das Sesmarias – A Lei nº 601/1850 – A tutela Constitucional da Função Social da Propriedade e o Estatuto da Terra. II - Identidade e Relações entre Direito Agrário e Direito Urbanístico - Competências Normativas no Direito Agrário e no Direito Urbanístico – Município e Cidade: zona urbana e zona rural, parcelamento do solo – Normas Constitucionais que Informam o Regime Jurídico Agrário e Urbanístico – Bens Públicos e Terras Particulares – Panorama das Terras Devolutas. III- O Conflito Agrário e a Proteção Possessória - O Estatuto da Terra e suas inovações no campo do direito social - Conceitos de reforma agrária e política agrícola – Módulo Rural, Minifúndio e Latifúndio – A Desapropriação do imóvel como de interesse social para efeito de reforma agrária – A posse no ordenamento jurídico brasileiro – Usucapião Rural – Conflitos fundiários agrários e a violência no campo – Proteção Possessória e os Litígios Coletivos pela Posse de Terra Rural.

Aulas nos dias: 26 e 27/08/2022 – remoto online

Prof. Me. Carlos Eduardo Silva

Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP. Membro do MP/MT. Atualmente é titular da Promotoria de Justiça de Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística da Capital. Promotor de Justiça Agrário. Professor do Curso de Especialização em Direito Ambiental e Urbanístico conduzido pelo Núcleo de Estudos Jurídicos e Pesquisas Ambientais (NEPA) da Universidade Federal de Mato Grosso.

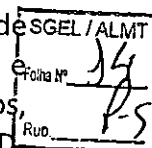
11. TUTELA CONSTITUCIONAL DAS VULNERABILIDADES

Sentido e evolução dos direitos humanos. O princípio da igualdade e suas dimensões filosóficas. Discriminação e medidas de ação afirmativa. Tutela Jurisdicional. Caracterização e Proteção Jurídica das Pessoas e Grupos Vulneráveis. Instrumentos jurídicos para o Enfrentamento da Vulnerabilidade. Considerações teóricas e casos concretos de alguns Grupos Vulneráveis. Afrodescendentes. Indígenas. Mulheres. Crianças, Adolescentes e Idosos. Pessoas com deficiência. Minorias e Direito à identidade de gênero. Perspectiva de gênero à equidade entre homens e mulheres. Consumidores Vulneráveis. Princípio da Solidariedade. Vulnerabilidades e deveres de Estado.

Aulas nos dias: 09 e 10/09/2022 - presencial


Profa. Dra. Amini Haddad Campos

Doutora em Direito (Processual Civil) pela PUC-SP. Doutora em Direito - Direitos Humanos pela Universidad Católica de Santa Fe - Argentina. Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. É Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso. Professora Orientadora de Cursos de Pós-Graduação. Palestrante na temática de Direitos Humanos, Gênero e Sistemas de Justiça. É Professora-Coordenadora do Núcleo Vulnerabilidades/FD UFMT.


12. DIREITO CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO

Postulados Constitucionais do Direito Administrativo: organização, função e regime jurídico. Princípios constitucionais gerais explícitos: Legalidade, Impessoalidade, Publicidade, Eficiência e Moralidade. Princípios constitucionais estruturantes implícitos: Supremacia do Interesse Público e Indisponibilidade dos Interesses Públicos. Princípios constitucionais gerais implícitos: proporcionalidade, motivação e segurança jurídica. A hermenêutica do Direito Público e a nova LINDB: consequencialismo e pragmatismo. Atos administrativos e seu controle: tipologia, jurisdição, autotutela, controle judicial e as novas tecnologias.

Aulas nos dias: 23 e 24/09/2022 - presencial

Prof. Dr. Emerson Gabardo

Doutor em Direito do Estado pela UFPR. Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Professor de Direito Econômico do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Coordenador Adjunto do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor da Pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Autor de diversas obras. Advogado.

13. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: EFICIÊNCIA E ANÁLISE ECONÔMICA

Análise econômica do direito: noções e fundamentos. Administração Pública sob a ótica da análise econômica do direito. Instituições Jurídicas, administração pública e a busca da eficiência. Ordem Pública de Controle e de Direção. Contratos públicos: Moralidade, custos e como inibir o oportunismo dos contratantes. A análise de impacto regulatório na administração pública. Consequencialismo nas decisões da administração pública.

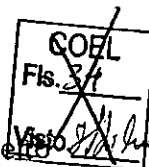
Aulas nos dias: 14 e 15/10/2022 - presencial

Prof. Dr. Oksandro Gonçalves

Doutor em Direito Comercial - Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado/Doutorado), da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor titular de Direito Comercial da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Membro do Conselho Editorial da Editora Fórum. Coordenador da Revista de Direito Empresarial. Advogado.

14. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Nova Lei de Licitações. Os princípios do novo regime de contratação pública brasileiro. Licitações e Contratos Administrativos. Novo Marco Legal de Contratação Pública para as Entidades da Administração Direta, Autarquia e Fundacional. Inovações da Nova Lei: fase de planejamento da contratação (etapa preparatória), nas licitações, nas contratações diretas e

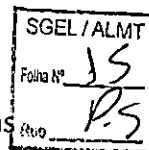


nos contratos administrativos. Visão sistêmica do processo de contratação. Direito intertemporal.

Aulas nos dias: 04 e 05/11/2022 - presencial

Prof. Dr. Yuri Schneider

Doutor em Direito Público pela UNISINOS. Professor de Direitos Fundamentais e Políticas Públicas do Programa de Pós Graduação em Direito (Mestrado) da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC. Professor de Direito Administrativo e Econômico (Graduação e Pós Graduação) da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul - FMP/RS. Professor e Coordenador do Pós Graduação (EAD) em Direito Administrativo no Centro Universitário Otávio Bastos - UNIFEOP/SP. Sócio fundador da J. Vidor, Schneider & Bastos - Advogados.



15. COMPLIANCE E INTEGRIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Introdução ao tema e análise do cenário da Corrupção no país. Fundamentos e desafios do compliance na Administração Pública - (in)constitucionalidade. Parâmetros necessários de um sistema de integridade na Administração Pública. Licitação - corrupção nas três fases da contratação. Como se aplica o compliance nas Contratações Públicas: 1) Obrigação contratual; 2) Critério de desempate; 3) Redução de sanção e 4) reabilitação. Obrigação contratual – Análise normativa. Obrigação contratual – GRI. Critério de Desempate, Redução de sanção e Reabilitação - NLLC e Portaria 1241/2020 CGU. Análise Crítica da avaliação e certificação dos programas. Gestão de riscos na Administração Pública – mapa e matriz de riscos.

Aulas nos dias: 18 e 19/11/2022 - presencial

Profa. Ma. Mirela Miró Ziliotto

Mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento pela PUC/PR. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo e Constitucional, atuando principalmente na área de licitações e contratos, processos administrativos disciplinares e processos de responsabilização por improbidade administrativa.

16. GESTÃO ECONÔMICA DE CONTRATOS DE CONCESSÃO

Projeto de concessão de serviço público ou de obra pública: sua estruturação, celebração e gestão do contrato. Etapas necessárias para a celebração de um contrato de concessão comum ou de PPP. Estudo dos processos de manifestação de interesse, a alocação de riscos, a análise do *value for money* e a elaboração do edital. Avaliação sobre cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação de prazo e financiamento, sob o ponto de vista da gestão. O cenário dos contratos de concessão pós-COVID-19.

Aulas nos dias: 02 e 03/12/2022 - presencial

Prof. Me. Vinicius Filipin

Mestre em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP/RS). Professor e Coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). Coordenador dos Cursos Superiores de Tecnologia em Mediação, em Segurança Pública, em Segurança Privada, em Serviços Registros e Notariais, em Serviços Judiciários e em Serviços Penais da UniRitter. Professor de Direito Administrativo em Programas de Pós-Graduação Lato Sensu. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Direito Constitucional, Teoria do Estado e Teoria do Direito. Advogado administrativista.



FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001

SGEL / ALMT
Folha Nº 16
Rub. R-5
COEL
Fls. 35
Visto

17. NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Principais Modificações da Nova LIA. Punição dos Atos Dolosos. Novas Diretrizes e as importantes modificações. Interpretação e Análise da Lei. Defesa da probidade administrativa e do erário público. Preservação dos direitos e garantias fundamentais do investigado.

Aulas nos dias: 03 e 04/02/2023 - presencial

Prof. Dr. Fernando da Fonseca Gajardoni

Doutor em Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da USP - Ribeirão Preto (FDRP/USP). Doutor e Mestre em Direito Processual pela USP (FD-USP). Juiz de Direito no Estado de São Paulo. Autor de obras e artigos.

18. LICITAÇÕES: DOS RECURSOS EM GERAL

Direito de Petição Preclusão administrativa e prescrição e o princípio do formalismo moderado. Processo administrativo. Lei 9784/99, Lei n. 13655/18. Controle do procedimento. Espécies recursais (Impugnação e Pedido de Esclarecimentos, Recurso Hierárquico; Representação; Pedido de Reconsideração). Rito recursal (procedimentos e exigências, prazos, formalidades). Teses aplicáveis e questões na análise dos Recursos. A Representação Perante os Tribunais de Contas. Tramite e exigências.

Aulas nos dias: 24 e 25/02/2023 - presencial

Profa. Dra. Vivian Lima López Valle

Doutora em Direito do Estado pela UFPR. Especialista em Contratação Pública pela Universidade de Coimbra. Professora Titular de Direito Administrativo da PUC/PR. Coordenadora Adjunta do Curso de Direito da PUC/PR. Advogada e parecerista.

19. CRIMES ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Crimes contra a Administração Pública. Direito Administrativo Sancionador. Bem Jurídico Tutelado: patrimônio público e a propriedade administrativa. Sistema Tributário Constitucional e os Crimes Penais. Improbidade Administrativa e Combate à Corrupção.

Aulas nos dias: 10 e 11/03/2023 - presencial

Prof. Me. Marcos Ticianeli

Mestre em Direito Penal pela Universidade Estadual de Maringá. Professor de Direito Penal na graduação da Universidade Estadual de Londrina. Professor da pós-graduação lato sensu Escola da Magistratura do Paraná / núcleo Londrina/PR. Advogado.

20. METODOLOGIA DO ENSINO JURÍDICO

Ensino jurídico no Brasil. A crise do ensino jurídico: limites e possibilidades. A metodologia tradicionalista: o positivismo e a subsunção. Metodologia jurídica e pós-modernidade. A constitucionalização do direito e o ensino jurídico. Métodos de ensino em Direito e a problematização: articulação entre teoria e prática. Práxis pedagógicas e ensino jurídico participativo. Ensinabilidade e os recursos tecnológicos. O Ensino Jurídico do Direito Constitucional e Direito Administrativo.

Aulas nos dias: 24 e 25/03/2023 - presencial

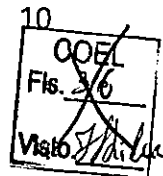
Profa. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira

Doutora em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP. Professora Titular do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito na Universidade de Marília – UNIMAR e do Programa de

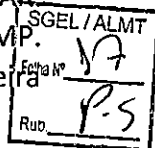


FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001



Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Universidade Paranaense - UNIPAR
Professora da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso - FESMP.
Autora de obras e artigos jurídicos. Advogada e sócia-fundadora do Escritório Borges Ferreira
Advogados.





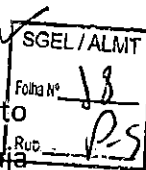
FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001



PROGRAMAÇÃO ACADÊMICA 2022/01

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO E GESTÃO DO AGRONEGÓCIO



Atendendo às especificidades do modelo econômico implantado no Estado de Mato Grosso idealizou-se a formatação de um curso voltado a um panorama normativo cuja gravitação orbita em torno de uma das principais preocupações do Agronegócio: as questões ambientais e o fenômeno da globalização ante o poderio da *lex mercatoria* e das novas tecnologias.

- **COORDENAÇÃO:** Professor Wesley Sanchez Lacerda – Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais;
- **INÍCIO:** 22 de abril de 2022;
- **CARGA HORÁRIA:** 360 horas/aula, divididas em 20 disciplinas e atividades extracurriculares.

PÚBLICO ALVO

Profissionais da área do direito e áreas afins, diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam as exigências das instituições.

DIFERENCIAL FESMP/MT

- Reconhecida tradição na capacitação da comunidade jurídica mato-grossense, retratada no desempenho profissional de vários ex-alunos;
- Qualidade dos cursos, sendo as aulas em formato remoto on-line ao vivo com professores doutores, pós-doutores e mestres, em sua grande maioria, com reconhecida experiência e competência;
- Portal do aluno para acompanhamento acadêmico;
- Horário de aulas diferenciado: de 01 a 02 fins de semana/mês (conforme calendário), às sextas-feiras das 18:30h às 23:15h, sábados das 08:00h às 12:45h e das 14:00h às 18:45h.

CRONOGRAMA DAS AULAS / MÓDULOS

1. TRIBUTAÇÃO NO AGRONEGÓCIO

Regime jurídico do agronegócio. IRPF e IRPJ. Lucro real e lucro presumido no agro. Ganho de capital. Arrendamento x parceria rurais. As polêmicas do ITR. Novas perspectivas de análise do Funrural. A contribuição ao SENAR. PIS/COFINS no agronegócio.

Aulas nos dias: 22 e 23/04/2022 – remoto/ao vivo



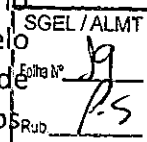
FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001



Prof. Me. Leonardo Furtado Loubet

Especialista e Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP. Doutorando em Direito Tributário pela USP. Coordenador Nacional do "Curso de Extensão em Tributação no Agronegócio" pelo IBET – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Professor-Conferencista do Curso de Especialização em Direito Tributário IBET – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Professor de Pós-Graduação em Direito Tributário dos cursos da ATAME – Cursos de Pós-Graduação Ltda. (Goiânia e Cuiabá). Professor de Graduação e de Pós-Graduação em Direito Tributário da UCDB – Universidade Católica Dom Bosco (Campo Grande). Membro-fundador do Comitê Tributário da SRB – Sociedade Rural Brasileira (São Paulo). Autor do livro "Tributação Federal no Agronegócio".



2. GESTÃO ESTRATÉGICA DO AGRONEGÓCIO

Ondas de Revolução (dos primórdios da humanidade até os dias de hoje); a natureza das empresas agroindustriais de alta performance; a criação de cenários competitivos para o agronegócio; empresas agroindustriais como organismos vivos; a gestão estratégica do agronegócio brasileiro; planejamento estratégico aplicado ao agronegócio brasileiro; estratégias competitivas e escopo organizacional (a gestão da mudança).

Aulas nos dias: 13 e 14/05/2022 – remoto/ao vivo

Prof. Dr. Marcelo Plens

Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR), concluiu o Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/SC) e o Pós-Doutorado na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP/SP). É coordenador, desde 1995, dos cursos de graduação e de pós-graduação em Administração na Faculdade Reges de Dracena, nas áreas de Marketing, Finanças, Liderança, Agronegócios, Consultoria, Assessoria e Elaboração de Projetos. Atua, desde 1997, como docente convidado em diversos programas de pós-graduação em todo o território nacional e também em Universidades Corporativas. Desenvolve projetos de consultoria empresarial e também atua como Revisor Regular da Revista Eletrônica de Administração (REAd) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/RS), da Revista Gestão da Produção, Operações e Sistemas (GEPROS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP/SP) e da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Publicou vários trabalhos em anais de eventos, revistas e periódicos científicos.

3. CONTRATO DE TRABALHO E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO – IMPLICAÇÕES SIGNIFICATIVAS

Contrato de trabalho e relação de trabalho. Contrato de trabalho rural. Principais institutos do contrato de trabalho rural. Contratos afins na atividade rural. Meio ambiente do trabalho. Direito fundamental à saúde do trabalhador. Segurança e higiene do trabalhador e do local de trabalho. Trabalho análogo ao de escravo no meio rural.

Aulas nos dias: 27 e 28/05/2022 – remoto/ao vivo

Prof. Dr. João Humberto Cesário

Doutor em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Mestre em Direito Agroambiental pela Universidade Federal de Mato Grosso. Juiz do Trabalho. Autor de livros jurídicos. Coordenador Acadêmico da Pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho da Escola Superior da Magistratura Trabalhista de Mato Grosso nos biênios 2011 a 2013 e 2013 a 2015. Membro do Comitê Executivo do Fórum de Assuntos Fundiários do

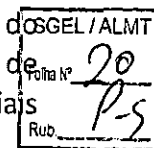


FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedatada de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000
Dedatada de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001



Conselho Nacional de Justiça de 2013 a 2014. Professor das disciplinas Teoria Geral do Processo, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho e Direito Ambiental do Trabalho. Tem atuado ultimamente como professor e/ou palestrante na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e nas Escolas Judiciais dos TRTs da 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 14ª, 15ª, 18ª e 23ª Regiões.



4. COMPLIANCE NO AGRONEGÓCIO

Compliance no Brasil: Programa Efetivo e Cultura de Integridade. Programa de prevenção e resolução de conflitos de interesses. Cidadania e *Compliance* na efetivação dos direitos fundamentais. O custo e os benefícios do *Compliance*. Boas práticas de proteção dos direitos de conformidade com o *Compliance*. Resultados e vantagens do *Compliance* no Agronegócio: conformidade interna e externa. O cumprimento de atos, regulamentos, normas e leis internas e externas que englobam o setor. Análise e minimização dos riscos. Selo Agro + Integridade – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Portaria 2.462/17. Boas práticas de gestão, sustentabilidade e ética.

Aulas nos dias: 10 e 11/06/2022 – remoto/ao vivo

Profa. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira

Doutora em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina -UEL. Atualmente é professora permanente do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito da Universidade de Marília - UNIMAR e do Programa de Mestrado em Direito e Cidadania da Universidade Paranaense - UNIPAR. Docente da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso - FESMP-MT. Membro efetivo do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI; do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM e do Instituto Brasileiro de Direito Civil - IBDCivil. Realizou estudos de Direito Comparado na Universidade Autônoma do México; Universidade Urbaniana -Vaticano; Universidade de Paris - Sorbonne, Universidade de Tel Aviv e Universidade de Londres. Experiência na área do Direito, especializada em Direito Negocial, Direito de Empresa, Direito de Família, Hermenêutica Jurídica. Autora de obras e artigos jurídicos. Advogada e sócia-fundadora do escritório Borges Ferreira Advogados Associados.

5. A TUTELA INFRACIONAL PLENA DO MEIO AMBIENTE FACE À EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO – ROTA DE COLISÃO?

Princípios ambientais. O Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um Direito Humano. Especificidades da Tutela Ecológica Humana. Responsabilidade Tricotômica Constitucional. A evolução do conceito de infração ambiental. Tipos Administrativos. Tipos penais de maior e de menor potencial ofensivo. Código Florestal e retrocessos. Medidas despenalizadoras e Termos de Ajustamento de Conduta.

Aulas nos dias: 01 e 02/07/2022 – remoto/ao vivo

Prof. Me. Wesley Sanchez Lacerda

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (1993), Especialista em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, FMP, Brasil, Especialista em Direito Ambiental pela Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, FMP, Brasil, Especialista em Ciências Penais pela Universidade de Cuiabá/FESMP, Mestre em DIREITO AGROAMBIENTAL pela Universidade Federal de Mato Grosso (2017). Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e Professor nos Cursos de Pós-graduação lato sensu em Direito



FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001



Constitucional e Direito Administrativo, Direito Penal e Processual Penal e Coordenador do Curso de Pós Graduação em Direito do Agronegócio na Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso, membro auxiliar da Corregedoria Geral do MPMT e designado para a Procuradoria de Justiça Criminal Especializada.



6. AGRONEGÓCIO ENTRE DIREITO INTERNACIONAL E POLÍTICA COMERCIAL AGRÍCOLA: PERSPECTIVAS PARA O BRASIL NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, OCDE, BRICS E AGENDA 2030

Direito Internacional Econômico. Direito do Comércio Internacional. Sistema multilateral do comércio. Sistema GATT/OMC; Organização Mundial do Comércio; Órgão de Solução de Controvérsias (OSC); comércio de bens; Rodada Doha; política externa e agenda agrícola; relações comerciais bilaterais e regionais; Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE BRICS; MERCOSUL; China; Estados Unidos; indicadores globais de comércio; Política comercial; tarifas de bens agrícolas e não agrícolas; agricultura; barreiras técnicas, barreiras sanitárias e fitossanitárias; defesa comercial; antidumping, medidas compensatórias, salvaguardas; bens agrícolas e sustentabilidade; G20 Agrícola e o Grupo sobre Acesso ao Mercado de Produtos Não Agrícolas (Nama-11); Agenda 2030; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Aulas nos dias: 15 e 16/07/2022 – remoto/ao vivo

Prof. Dr. Fabrício Bertini Pasquot Polido

Professor Adjunto de Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Professor do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG. Doutor em Direito Internacional (magna cum laude) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Realizou estudos de Graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com período de intercâmbio internacional na Eberhard-Karls-Universität Tübingen, Alemanha. Master in Laws (LL.M.) pela Università degli Studi di Torino, Itália. Foi Pesquisador Visitante - nível Pós-Doutorado - do Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht, Hamburgo, Alemanha. Membro do Comitê de Direito Internacional Privado e Propriedade Intelectual da International Law Association - ILA, da Associação Americana de Direito Internacional Privado e da Rede Transnacional de Pesquisa em Estudos Críticos de Direito e Política Internacional. Coordenador do Grupo Interinstitucional de Pesquisa "O Direito Internacional Privado no Brasil e nos Foros Internacionais". Especialista em Direito Internacional Privado, Direito do Comércio Internacional, Propriedade Intelectual, Direito de Internet e Novas Tecnologias. Fundador do Instituto de Referência em Internet & Sociedade - IRIS. Membro da Delegação brasileira na Comissão Especial do Projeto de Sentenças Estrangeiras da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado. Professor Visitante na University of Kent, Reino Unido e Humboldt-Universität zu Berlin. Áreas de atuação e interesse em pesquisa: Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado, Direito Processual Internacional, Direito do Comércio Internacional, Direito Internacional da Propriedade Intelectual, Direito de Internet, Arbitragem Comercial Internacional, Direito da Integração, Teoria e Comparação de Sistemas Jurídicos, História e Teoria Geral do Direito.

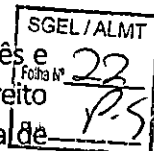
7. ADVOCACIA NO AGRONEGÓCIO

Advocacia preventiva: como prevenir e evitar conflitos. Advocacia administrativa e contenciosa. Principais questões da tributação. Revisão de contratos com débitos vinculados a crédito rural. Revisão de contratos futuros de grãos: precedente jurisprudencial. Tipos societários empresariais. Startup. LGPD. Processo de execução.



FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001



Aulas nos dias: 29 e 30/07/2022 – remoto/ao vivo

Prof. Dr. Marcelo de Lima Castro Diniz

Pós-Graduado em direito Tributário pela Universidade de Salamanca - Espanha, fluência em inglês e espanhol intermediário, Advogado e Consultor na área de Direito Tributário, especialista em Direito Tributário pela universidade de São Paulo, membro do conselho Científico da Associação Paulista de Estudos Tributários, membro do conselho Editorial da Revista de Direito Tributário-da Associação Paulista de Estudos Tributários, membro do Conselho Editorial da Revista da Escola da Magistratura do Paraná, membro do Conselho Editorial da Revista Direito Tributário Atual graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1993), mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (2003) e doutorado em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012). Atualmente é professor assistente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, organizador e professor de Direito tributário do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, professor titular da Escola da Magistratura do Paraná. Atualmente é Presidente do Instituto de Direito Tributário de Londrina - IDTL (2016 -2018)

8. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DOS DANOS AMBIENTAIS E A VIABILIDADE DO NEGÓCIO

Legislação ambiental. Avaliação de danos ambientais. Métodos utilizados na avaliação do dano ambiental. Valoração do dano ambiental. Estudo, licenciamento e relatório de impacto ambiental. Passivos e dano ambiental.

Aulas nos dias: 12 e 13/08/2022 – remoto/ao vivo

Prof. Me. Paulo Roberto Mariotti

Bacharel em Engenharia Florestal e Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Atualmente está cursando a Especialização em Perícia e Auditoria Ambiental pela UNINTER e atua como auxiliar técnico na Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística - PJDAOU do Ministério Público do Estado de Mato Grosso - MPE/MT, onde desenvolveu metodologia de Valoração do Dano Ambiental e atua em sua aplicação, além figurar como auxiliar técnico nos temas de Desmatamento, Licenciamento Ambiental, Queimadas e Ordenação Urbanística.

9. TUTELA JURISDICIONAL DA PROPRIEDADE E DA POSSE

Propriedade: aquisição e perda. Aquisição da propriedade pelo registro do título. Tutela jurisdicional da propriedade e da posse. Ações possessórias. Usucapião: espécies com ênfase para o usucapião rural. Análise jurisprudencial.

Aulas nos dias: 26 e 27/08/2022 – remoto/ao vivo

Prof. Dr. Fábio Caldas de Araújo

Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (1994). Obteve o título de mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com concentração em Direito Processual Civil, sob a orientação do professor Arruda Alvim. É Doutor em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com concentração em Direito Civil e Processo Civil. Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa concluído sob a orientação do Prof. Doutor Menezes Cordeiro. É professor do curso do Mestrado da Unipar sendo responsável pela cadeira de Tutela Jurisdicional dos Contratos e Teoria Crítica do Processo. Leciona na mesma instituição graduação e especialização. É Professor da Especialização da PUC-SP, da Universidade de Londrina, da Fundação Superior do Ministério Público do Estado do Mato grosso, da Escola da Magistratura do Paraná e do LFG. Autor de diversas obras jurídicas dentre elas: Curso de Processo Civil - Parte Geral, Tomo I - Ed. Malheiros- 2016; Curso de Processo Civil- Tomo III, ed. Malheiros, 2018; Usucapião, 3ª ed.



Ed. Malheiros 2015; Intervenção de Terceiros, 2015, ed. Malheiros; Posse, ed. Forense, 2007; Código Civil Comentado, 2ª ed., RT, 2018, em coautoria com José Miguel Garcia Medina; Mandado de Segurança Individual e Coletivo, 2ª ed. RT, 2013, em coautoria com José Miguel Garcia Medina, dentre outros trabalhos.



10. DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL NA SEARA DO AGRONEGÓCIO

Breve histórico da evolução do Direito Notarial e Registral. Princípios notariais e registrais. A fé pública notarial e registral. Os serviços notariais e registrais e seus benefícios para a sociedade e para o Agronegócio. Direito Notarial e Registral aplicado ao Agronegócio Matogrossense: teoria e prática. Escrituras públicas de imóveis rurais. Aquisição de imóveis rurais por estrangeiro. Extinção de condomínio pró diviso. Georreferenciamento e Certificação de imóveis rurais: procedimento no Registro Imobiliário (situações de exibibilidade e de dispensa, georreferenciamento de imóveis com títulos originários deslocados ou sobrepostos). Usucapião extrajudicial: procedimento no Tabelionato de Notas e no Registro Imobiliário (georreferenciamento e certificação de áreas usucapiendas/usucapidas, incidência sobre unidades de conservação, terras públicas ou devolutas, usucapião sobre terras públicas de até 25 ha). Ata notarial como apoio aos negócios rurais e como prova pré-constituída. Financiamento rural e garantias reais no registro de imóveis e a facilitação de crédito para o agronegócio. As garantias para o agronegócio no registro de títulos e documentos (Alienação fiduciária de produtos e subprodutos agropecuários). O protesto de letras e títulos e outros documentos de dívidas como ferramenta de cobrança no agronegócio. Instrumentos jurídicos de regularização fundiária rural, o estatuto da terra e o direito agrário no direito registral, breves considerações. Procedimentos para arredação de áreas devolutas no Intermat: aspectos registrais. Extração de cartas de sentença: formação de títulos extraídos de processos judiciais pelos tabelionatos. Atualização de matrículas imobiliárias: "limpeza da matrícula". (In)validade dos registros públicos: bloqueio de matrícula, retificação, renúncia de propriedade. Atos Notariais e Registrais pelas Centrais Eletrônicas: avanços e perspectivas. CRC (Central Nacional do Registro Civil), e-notariado, ONR- Operador Nacional do Registro Eletrônico, CEI -MT (Central Eletrônica de Integração entre Notários e Registradores e público usuário).

Aulas nos dias: 09 e 10/09/2022 – remoto/ao vivo

Profa. Esp. Maria Aparecida Bianchin

Tabeliã e Oficiala do Registro Civil das Pessoas Naturais, em atuação no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Rondonópolis-MT. Ex-Registradora de Imóveis e de Títulos e Documentos da Comarca de Poxoréu-MT e ex-Tabeliã e Registradora Civil de Juarena-MT. Atuou como interventora/interina nos Registros de Imóveis Títulos e Documentos das Comarcas de Barra do Garças e de Água Boa-MT. Membro da Associação dos Notários e Registradores do Estado de Mato Grosso - ANOREG/MT, como Diretora de Tecnologia, nos anos de 2017/2018 e atualmente, em 2021. Coordenadora do Prêmio Nacional de Qualidade da Anoreg-BR - PQTA, desde 2018. Diretora da Qualidade e Produtividade da Anoreg BR, desde 2017. Diretora em Mato Grosso da Confederação Nacional dos Notários e Registradores, desde 2017. Atualmente Presidente do Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de Mato Grosso. Mestranda em Direito pela Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões. Especialização em andamento em Direito Notarial e Registral, na Universidade de Coimbra, UC, Portugal. Especialização em andamento em Direito do Agronegócio, pela FESMP/MT. Especialização em Direito Ambiental, pela UFMT. Especialização em Inovações do Direito Civil e seus Instrumentos de Tutela, pela UNIDERP. Especialização em Direito



FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001



Notarial e Registral, pela Faculdade Arthur Thomas, FAAT. Especialização em Psicologia Educacional, pela UFMT. Especialização em Orientação Educacional, pela UNIOESTE-PR. Graduação em Direito, pela Universidade de Cuiabá. Graduação em Pedagogia, pela UNIOESTE-PR.



11. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA UM AGRONEGÓCIO SOCIALMENTE CORRETO

Direito Agrário e concepções históricas 2. Direito Agrário contemporâneo e justiça agrária 3. Direitos de propriedade e posse rural 4. Regularização Fundiária Rural 5. Aspectos registrais da regularização fundiária 6. O processo administrativo de regularização fundiária 7. Agronegócio socialmente adequado e a regularização fundiária de áreas rurais 8. A regularização judicial e jurisdicional: a atuação atípica das Comissões Estadual e Municipais de Regularização Fundiária 9. A proatividade judicial (ativismo judicial) na regularização fundiária. Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça acerca da Regularização fundiária.

Aulas nos dias: 23 e 24/09/2022 – remoto/ao vivo

Prof. Me. Divanir Marcelo de Pieri

Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1996), é mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001), especialista em direito civil pela UNISUL-SC (2004) e especialista em Direito e Transações Imobiliárias pelo INESP-SP (2014). Atua como professor universitário desde 2000, trabalhando especialmente na pós-graduação, sendo, atualmente, membro efetivo do quadro docente da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil e Empresarial, atuando como advogado, perante a "de Pieri Advocacia" e a "Mazzuoli e de Pieri Advocacia", principalmente, nos seguintes temas: Direito do Agronegócio e Direito Empresarial. Capacitado pelo Instituto Brasileiro de Administração Judicial - IBAJUD para o exercício da função de administrador judicial.

12. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DIREITO FALIMENTAR AGRONEGOCIAIS

Diferenciais conceituais: os institutos da falência e da recuperação judicial 2. Requisitos, legitimidade e juízo competente 3. Créditos sujeitos ao processo de recuperação judicial 4. Rito processual da recuperação judicial 5. Elaboração, cláusulas de negociação, cumprimento do plano e a função do administrador judicial 6. Conceito de empresário e da sociedade empresária 7. Lei de Recuperação judicial e as exigências da comprovação do exercício regular da atividade empresária e da certidão de regularidade 8. Produtor rural e sua importância para o Agronegócio 9. Produtor rural em exercício de atividade sem registro na Junta Comercial e a possibilidade de ingresso com o pedido de Recuperação Judicial. Possibilidade de pedido de registro momentos antes do pedido de Recuperação Judicial? 10. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e enunciados da Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal acerca da recuperação judicial do produtor rural 11. Impactos sociais e econômicos no Agronegócio da decisão que reconheceu o direito de formulação do pedido de recuperação judicial pelo produtor rural.

Aulas nos dias: 14 e 15/10/2022 – remoto/ao vivo

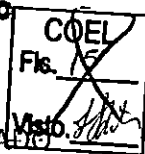
Prof. Me. Marcelo Caetano Vacchiano

Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso(2000), especialização em DIREITO AMBIENTAL - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL pela Universidade de Cuiabá(2006), especialização em DIREITO CIVIL, DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS pela Universidade de Cuiabá(2006), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso(2017) e aperfeiçoamento em Aperfeiçoamento em Direito Constitucional pela Fundação Escola Superior do ministério Público do Estado de Mato



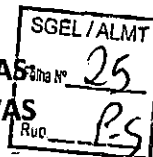
FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001



Grosso(2008). Atualmente é PROMOTOR DE JUSTIÇA do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Tem experiência na área de Direito.

13. AGRONEGÓCIO ENTRE DIREITO INTERNACIONAL E RELAÇÕES NEGOCIAIS PRIVADAS: PERSPECTIVAS DOS CONTRATOS INTERNACIONAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL, NOVAS TECNOLOGIAS E SOLUÇÃO DE LITÍGIOS



Direito do comércio internacional; 'lex mercatoria'; contratos internacionais; mecanismos de solução de disputas internacionais e agronegócio; arbitragem comercial internacional; litígios comerciais transnacionais e bens agrícolas; tipologia dos contratos internacionais do comércio; International Grains Council (IGC); International Grains Agreement (IGA); Convenção de Viena sobre Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG); usos comerciais; cláusulas comerciais internacionais; INCOTERMS; negociações dos contratos internacionais; garantias e execução nos contratos internacionais; contratos de compra e venda; contratos de produção; contratos de distribuição; propriedade intelectual e agronegócio; patentes; marcas, desenhos industriais; programas de computador; variedades vegetais; UPOV; biotecnologia; proteção de dados e tecnologias do campo; segurança cibernética e drones; protocolos de segurança de dados e compliance digital.

Aulas nos dias: 04 e 05/11/2022 – remoto/ao vivo

Prof. Dr. Fabrício Bertini Pasquon Polido

14. RECURSOS HÍDRICOS E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO AGRONEGÓCIO

Hidrologia básica: aplicações da hidrologia; ciclo hidrológico; estrutura das bacias hidrográficas; classificação de corpos d'água superficiais e subterrâneos; balanço hídrico. Principais questões socioambientais relacionadas ao uso recurso hídrico no Brasil. Histórico de uso, gestão e proteção dos recursos hídricos no Brasil. Caracterização da água no ordenamento jurídico brasileiro. Política Nacional dos Recursos Hídricos (L. 9433/1997): planos de recursos hídricos; enquadramento e classificação do uso de corpos d'água (Resoluções CONAMA 357/2005 e 397/2008); outorga de direito de uso de recurso hídrico. Gestão do recurso hídrico: Comitês de Bacia Hidrográfica, Conselhos de recursos hídricos, outros tipos de conselhos. Código Florestal e uso dos recursos hídricos. Licenciamento ambiental das atividades que impactam os recursos hídricos. Proteção dos recursos hídricos em Mato Grosso: estudos de caso e regulamentos em nível estadual.

Aulas nos dias: 18 e 19/11/2022 – remoto/ao vivo

Prof. Dr. Rafael Vieira Nunes

Biólogo pelo Centro Universitário de Brasília, Mestre e Doutor em Ecologia e Conservação da Biodiversidade pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Atualmente está no Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso atuando como perito ambiental. Possui experiência em levantamentos de biodiversidade, medição e monitoramento de impacto ambiental, perícia ambiental, uso e gestão da biodiversidade e filosofia da ciência.

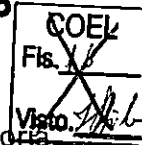
15. DIREITO DO AGRONEGÓCIO: TUTELA DA PROPRIEDADE RURAL, TEORIA E PRÁTICA

Introdução: questão fundiária e propriedade. Constitucionalização do Direito Civil e os Direitos Reais: a propriedade privada na Constituição. O imóvel rural no Brasil. Terras

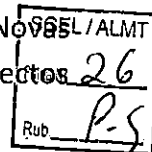


FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001



devolutas e outros bens públicos. Função Social do imóvel rural e a reforma agrária. Teoria Geral da Posse. Classificação da Posse. Aquisição e Perda da Posse. Efeitos da Posse. Usucapião. Propriedade: conceito e modalidades. Aquisição e perda de propriedade. Novas formas de titularidade. Direitos reais limitados. Ações Possessórias e Petitórias: aspectos práticos de direito material.



Aulas nos dias: 02 e 03/12/2022 – remoto/ao vivo

Prof. Dr. Guilherme Tanger Jardim

Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997). Possui o título de mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2008). É doutor em Direito pela Università degli studi di Roma Tre (2013). Atualmente é professor do curso de graduação em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público-FMP.

16. AGRONEGÓCIO E TUTELA DO MEIO AMBIENTE

Teoria geral do Direito Ambiental. Princípios de Direito Ambiental. Tutela constitucional do Direito Ambiental. O licenciamento ambiental. Teoria do processo administrativo. Licenciamento ambiental e competência constitucional. Natureza jurídica da Licença Ambiental. O Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Regime jurídico das licenças. Perfeição, validade e eficácia dos atos administrativos. Licenças e autorizações. Modalidades de extinção. Licença e direito intertemporal. Teoria e prática.

Aulas nos dias: 03 e 04/02/2023 – remoto/ao vivo

Prof. Me. Marcelo Caetano Vacchiano

17. DIREITO NEGOCIAL DO AGRONEGÓCIO

Propriedade como relação complexa. Direitos e deveres em matéria de propriedade agrária. Contratos agrários típicos: arrendamento e parceria – traços distintivos e efeitos. Falsa parceria. Contratos agrários atípicos. Contratos agrários simulados. Títulos de Crédito Agrários. Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária. Cédula de Produtor Rural. Letra de Crédito. Certificado de Direitos Creditórios. Warrants do Agronegócio. Decisões Judiciais.

Aulas nos dias: 24 e 25/02/2023 – remoto/ao vivo

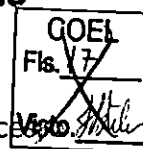
Prof. Me. Antônio Carmelo Zanette

Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018). Especialista em Direito Processual Civil pela UFRGS (2017). Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2011). Coordenador da pós-graduação em Direito Agrário e do Agronegócio da Fundação Escola Superior do Ministério Público. Conselheiro Seccional da OAB/RS. Presidente da Comissão do Jovem Advogado da OAB/RS. Membro da Comissão Especial de Direito Agrário e do Agronegócio da OAB/RS. Coordenador dos Cursos de Capacitação na modalidade Direito Agrário promovido pela Escola Superior de Advocacia da OAB/RS, com realização no ano de 2015 e 2016. Consultor da UNESCO. Membro da Comissão Eleitoral do Conselho Nacional da Juventude, Secretaria Nacional da Juventude do Governo da Presidência da República do Brasil. Conselheiro Nacional de Juventude (biênio 08/2017 08/2019) e Presidente da Comissão de Acompanhamento Parlamentar do Conselho Nacional de Juventude do Governo da Presidência da República do Brasil, representando a Ordem dos Advogados do Brasil. Representante do Conselho Federal da OAB na Comissão de Jovens Advogados do Conselho de Colégios e Ordem dos Advogados do Mercosul. Professor convidado como substituto em cursos de graduação em direito na

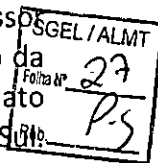


FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001



UFRGS e Uniritter. Professor convidado dos cursos de pós-graduação lato sensu em Processo Civil da UPF e IMED. Professor convidado dos cursos de pós-graduação lato sensu em Processo Civil e Contratos da e UNISINOS, em Caxias do Sul e São Leopoldo. Professor convidado dos cursos de pós-graduação lato sensu em Direito Agrário e do Agronegócio da PRO ORDEM, unidade de Goiânia-GO. Professor convidado dos cursos de pós-graduação lato sensu em Processo Civil da PUCRS - Pontifícia Universidade-Católica do Rio Grande do Sul. Professor convidado como avaliador de bancas de Especialização da FUMEC-MG nas temáticas de Direito Agrário, Direito Urbano e Direito Processual Civil. Palestrante convidado da Escola Superior da Advocacia da OAB/RS e de outros Estados do Brasil. Palestrante da Conferência Nacional da Advocacia (realizada em novembro de 2017 em São Paulo).



18. AGRONEGÓCIO EM NÍVEIS: DO PLANALTO E PLANÍCIE

Biomassas em Mato Grosso. Bacias hidrográficas e peculiaridades. Propriedade e meio ambiente. Bens ambientais e limitações administrativas. Aspectos ambientais do uso do solo e dos recursos hídricos no planalto, planície e pantanal. Código Florestal e Regime jurídico da flora. Aspectos da responsabilidade e desafios à conservação: Impactos, mitigação e Compensações.

Aulas nos dias: 10 e 11/03/2023 – remoto/ao vivo

Prof. Dr. Carlos Teodoro José Hugueney Irigaray

Professor Associado dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da UFMT; Pós-Doutor pela UFSC, 2018; Pós-Doutor pelo Center for Latin American Studies/University of Florida (2009); Doutor em Direito pela UFSC (2003); Mestre em Direito e Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1991); Especialista em Direito Ambiental, Ciência Política e Didática do Ensino Superior; Procurador do Estado de Mato Grosso aposentado; Coordenador da Clínica de Direitos Humanos e Meio Ambiente da UFMT; Membro da Comissão on Environmental Law da IUCN. Membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente; Diretor do Instituto O Direito por um Planeta Verde; membro do Conselho Diretor do Instituto Centro de Vida e da Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Ambiental, e inúmeras publicações nesta área.

19. AGRONEGÓCIO NO ÂMBITO DO DIREITO BANCÁRIO

A dependência do agronegócio em relação ao sistema financeiro brasileiro. Modelos de financiamento do agronegócio. Títulos de crédito do agronegócio. A relação jurídica do agronegócio com as instituições financeiras. Tutelas específicas para tratamento do superendividamento no agronegócio.

Aulas nos dias: 24 e 25/03/2023 – remoto/ao vivo

Prof. Dr. Roberto Wagner Marquesi

Doutor em Direito Civil pela USP. Professor da UEL-PR e PUC-PR. Coordenador do Curso de Especialização em Direito Civil na UEL-PR. Autor de diversas obras.

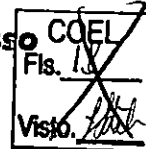
20. METODOLOGIA DO ENSINO JURÍDICO

Ensino jurídico no Brasil. A crise do ensino jurídico: limites e possibilidades. Metodologia do ensino jurídico na pós-modernidade. A constitucionalização do direito e o ensino jurídico. Questão nuclear da qualidade do ensino jurídico no país. Métodos de ensino em Direito e a problematização: articulação entre teoria e prática. Práxis pedagógicas e ensino jurídico



FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

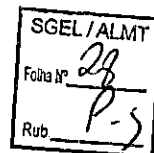
Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000
Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001



participativo. Ensinabilidade e os recursos tecnológicos. O Ensino Jurídico do Direito Processual Civil.

Aulas nos dias: 14 e 15/04/2023 – remoto/ao vivo

Profa. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira



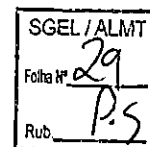
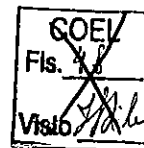


FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedatada de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000

Dedatada de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001

CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITO ELEITORAL



- **COORDENAÇÃO:** Professora Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira – Doutora em Direito pela PUC/SP;
- **INÍCIO:** 05/03/2022
- **CARGA HORÁRIA:** 24H
- **O CURSO SERÁ NO FORMATO REMOTO, AO VIVO ON-LINE.**

DISCIPLINAS

1. CANDIDATURAS E GARANTIAS ELEITORAIS

Direitos políticos passivos: fundamentalidade, condições de elegibilidade, hipóteses de inelegibilidade e incompatibilidade. Tratamento constitucional, infraconstitucional e desenvolvimento pelas Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral. Monopólio partidário para a apresentação de candidaturas: recrutamento e seleção de candidatos, democracia interna dos partidos políticos. Registro de candidatos: regras, cotas, documentos, impugnação. Garantias eleitorais: liberdade de voto, salvo-conduto, abuso de poder, força pública, prioridade aos partidos, sigilo do voto e anterioridade eleitoral.

Aula no dia: 05/03/2022

Profa. Dra. Ana Claudia Santano

Doutora pelo programa "Estado de Derecho y Buen Gobierno" pela Universidad de Salamanca. Fundadora e coordenadora-geral da organização Transparência Eleitoral Brasil. Autora de diversas obras. Professora de diversos cursos de pós-graduação em Direitos Humanos, Eleitoral e Ciências Sociais no Brasil e exterior.

2. PROPAGANDA ELEITORAL, PESQUISA ELEITORAL E FAKE NEWS

Resolução do TSE – propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral nas eleições. Propaganda político-eleitoral. Tipos de propaganda política, propaganda eleitoral, meios de divulgação da propaganda, proibições de distribuição de brindes. Limites dos demais meios de propaganda. Pesquisa eleitoral, empresas que realizam pesquisas e registro junto à justiça eleitoral. Sistema de registro de pesquisas eleitorais. Importância, credibilidade e relevância das pesquisas eleitorais. Fake News e as regras para propaganda eleitoral na internet – 2022.

Aula no dia: 12/03/2022

Prof. Me. Francisco Octavio de Almeida Prado Filho

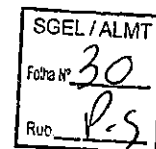
Mestre em Direito pela PUC-SP. Sócio de Malheiros, Penteado, Toledo e Almeida Prado - Advogados. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, especialmente administrativo e eleitoral.



FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000

Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001



3. AÇÕES ELEITORAIS

Ações Eleitorais. Ação de impugnação de registro de candidato. Ação de investigação judicial eleitoral. Representação contra captação ilícita de sufrágio. Representação contra condutas vedadas. Representação contra captação e gastos ilícitos de recursos.

Aula no dia: 19/03/2022

Prof. Me. Ludgero Liberato

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Eleitoral e Direito Processual Penal. Advogado.

4. RECURSOS ELEITORAIS

Recursos Eleitorais. Teoria Geral dos Recursos e as especificidades do Direito Processual Eleitoral (celeridade x preclusão e a irrecorribilidade em apartado das decisões interlocutórias). As Instruções nº 0600745-58.2019.6.00.0000 e nº 0600748-13.2019.6.00.0000 (resoluções sobre representações eleitorais e sobre registro de candidatura) e a disciplina dos recursos nas Representações Eleitorais, nas Representações Especiais, nas Ações de Investigação Judicial Eleitoral, nas Ações de Impugnação ao Pedido de Registro de Candidatura e nas Ações de Impugnação ao Mandato Eletivo. O Recurso Contra Diplomação. Os recursos eleitorais no projeto do Novo Código Eleitoral (PLP 112/2021).

Aula no dia: 26/03/2022

Prof. Me. Marcelo Santiago de Padua Andrade

Mestre em Direito pela PUC-SP. Advogado em Direito Material e Processual. Autor de obras em Direito Eleitoral.

5. CRIMES ELEITORAIS

Crimes eleitorais. Compatibilidade constitucional. Fontes Normativas. Notícia sobre as principais condutas típicas. Normas de processo penal Eleitoral. Competência. A conexão entre os crimes eleitorais e crimes comuns. Foro por prerrogativa de função.

Aula no dia: 02/04/2022

Prof. Dr. Luiz Carlos dos Santos Gonçalves

Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP. Professor de Direito Constitucional, Direito Penal e Direito Eleitoral. Membro Auxiliar da Procuradoria-Geral Eleitoral em Brasília (de 2013 a 2016). Procurador Regional Eleitoral em São Paulo (de 2008 a 2010). Desempenhou a Relatoria da Comissão do Senado Federal instituída para elaboração do Anteprojeto do Novo Código Penal (de 2011 a 2012).

6. PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS

Campanha eleitoral 2022. Pré-requisitos para início das campanhas. Contas bancárias e recibos eleitorais. Arrecadação de recursos. Doações. Gastos eleitorais. Sobra de campanha. Comprovação de arrecadação de recursos e realização de gastos. Prestação de contas parciais. Prestação de contas finais.

Aula no dia: 23/04/2022

Prof. Me. Michel Bertoni Soares

Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor de Direito Administrativo e Direito Eleitoral. Advogado.